

Justiça climática em vez de roubo de terras!

Roda de conversa com ativistas do Brasil, 04/11/2025, Berlim

Didice Godinho Delgado

“Não há proteção climática sem direitos humanos e ambientais” – esta é a mensagem que vem do estado do Maranhão, no Nordeste (ou Meio-Norte) do Brasil, transmitida por **Raimunda Francisca Vieira Paz e Ronaldo Barros Sodré**. Eles participaram da roda de conversa (presencial) “**Justiça climática em vez de roubo de terras!**”, organizada pelo Fórum Latino-americano de Berlim (LAF), que abordou os impactos da produção de soja sobre as populações locais e o meio ambiente. Francisca e Ronaldo vêm do Cerrado, o segundo maior bioma do Brasil, onde se concentra quase 50% da produção de soja do país.

Francisca é diretora do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Balsas (CDVDH) e presidenta da Associação Camponesa (ACA), ativista na luta pelos direitos das populações tradicionais e suas comunidades, pela preservação do Cerrado e pela justiça socioambiental. **Ronaldo** é doutor em Geografia, professor universitário e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), pesquisador da questão agrária no Brasil, especialmente conflitos agrários, com vários artigos escritos sobre temas como agronegócio, conflitos e violências.

Eles estiveram em várias cidades da Alemanha, acompanhados por Johannes Holz, da organização *Partner für Events, Projekte und Programme nachhaltiger Entwicklung* (PEPP e.V.), que promoveu a viagem. Enquanto a Amazônia já faz parte do imaginário público europeu, outros importantes ecossistemas brasileiros também ameaçados são quase ou nada conhecidos. É o caso do Cerrado, difundido agora por Francisca e Ronaldo, que participaram de diversas atividades realizadas por diferentes entidades, nas quais expuseram sua crítica ao tipo de desenvolvimento econômico em curso na região.

Seu argumento é de que o desenvolvimento econômico não pode ser feito às custas da sobrevivência e do bem-estar das populações locais, da violação dos direitos humanos e da destruição do meio ambiente. Mas não será exatamente isso o que vem ocorrendo?

O Brasil é o maior exportador de soja para a Europa. A cultura da soja, no entanto, provoca desmatamento, expulsão das populações locais de suas terras – povos indígenas, quilombolas, povos tradicionais e pequenos agricultores –, concentração de terras nas mãos de grandes proprietários e empresas agroindustriais, muita violência, contaminação pelo uso intensivo de agrotóxicos, perda da biodiversidade, escassez de água, conflito com o modo de vida e a cultura das populações tradicionais.

Segundo Ronaldo, um dos problemas centrais da região, que, de resto, se estende a todo o país, é a concentração de terras nas mãos de poucos. É um fenômeno que tem origens históricas na época do Brasil Colônia, persistindo até hoje como um dos principais indicadores das desigualdades que marcam a sociedade brasileira.

O Censo Agropecuário de 2017 constatou que aproximadamente 1% dos estabelecimentos rurais, no Brasil, detém cerca de 47,5% das terras usadas para a produção agropecuária. Os censos se realizam a cada 10 anos, portanto, dados mais atuais serão coletados somente em 2027, mas as tendências não indicam uma reversão desse quadro.

Mais de 70% das áreas de uso agrícola no país são ocupadas por plantações de commodities, como a soja e outros produtos. A concentração de terras significa a expulsão de pequenos agricultores e povos indígenas e quilombolas, a substituição de lavouras agrícolas para subsistência por monoculturas, a degradação ambiental, os conflitos agrários, marcados por violência e violação de direitos humanos. A reforma agrária, que democratizaria a posse da terra, se resumiu até agora à criação de assentamentos rurais, mantendo-se como uma bandeira de luta da população rural.

Francisca trouxe fotos e relatos das comunidades do Cerrado para ilustrar os problemas que enfrentam e as perseguições que sofrem. A violência é parte do seu cotidiano. Entre 2023 e 2024, no Maranhão, o número de atos violentos no campo passou de 210 a 420, um aumento de 100% que deu ao estado o triste primeiro lugar no registro realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Entre 2020 e 2025, foram assassinadas 19 lideranças quilombolas, segundo a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão (FETAEMA).

A contaminação por agrotóxicos, usados intensivamente nas monoculturas, é outra agressão a que estão sujeitas as comunidades. Aplicados com aviões, os pesticidas contaminam as áreas circundantes, destroem o solo e provocam problemas de saúde. Segundo dados do Sistema Único de Saúde (DataSUS), entre 2008 e 2017 o contato com pesticidas e agrotóxicos foi responsável direto por 7.267 mortes no Brasil. O país permite o uso de muitos agrotóxicos banidos na União Europeia. E, como uma ironia absurda, em plena COP30, 30 novos pesticidas foram autorizados pelo governo, através do ministério da Agricultura e Pecuária, inclusive com componentes proibidos aqui.

Este é mais um exemplo das contradições do governo brasileiro atual, liderado por Luiz Inácio Lula da Silva, em seu terceiro mandato, que empenha-se em apresentar o Brasil como liderança na defesa da agenda ambiental e no enfrentamento às mudanças climáticas. O governo tem figuras carismáticas como Marina Silva, ministra do Meio Ambiente, e criou o ministério dos Povos Indígenas, com a liderança indígena Sônia Guajajara à frente.

No entanto, a coalizão governamental, integrada também por partidos conservadores, constitui uma correlação de forças desfavorável para avanços em áreas que exigem uma mudança de paradigma político. Soma-se a composição do congresso nacional brasileiro, dominado por parlamentares vinculados ao agronegócio: na Câmara Federal, eles são 63% do total de 513 deputados e deputadas; no Senado, 62% de 81 senadores e senadoras. Se esse panorama vai mudar nas eleições presidenciais e legislativas de 2026 é uma incógnita, mas teme-se que não.

Porém, outro fator que influi para as medidas contraditórias do governo é sua noção de desenvolvimento, com a ideia de fazer crescer economicamente o país – ainda que com custos para o meio ambiente e as populações – para financiar a transição climática. Decisões como explorar petróleo na Margem Equatorial e privatizar as hidrovias dos rios Tapajós e Tocantins, no Pará, e do rio Madeira, no Amazonas e em Rondônia, que terão relevante impacto ambiental e na vida das populações locais, provocaram forte reação e resistência das comunidades indígenas e organizações de defesa do meio ambiente durante a COP30.

Estabelecendo uma ponte entre o cerrado maranhense e a Europa, Francisca e Ronaldo se referiram ao regulamento aprovado pela União Europeia em 2023 (UE 2023/1115), que visa deter o desmatamento causado por vários produtos, entre eles a soja. Reivindicam que, no caso do Brasil, a medida não se restrinja à Amazônia, mas inclua também outros biomas, como o Cerrado, onde, como dito anteriormente, concentra-se a maior parte do cultivo da soja. Segundo o Regulamento, a partir de 30 de dezembro de 2025, as empresas serão obrigadas a demonstrar que seus produtos não causaram desmatamento após 31 de dezembro de 2020 e foram produzidos em conformidade com as leis locais, estando sujeitas a multas, proibições de importação e remoção de mercadorias em caso de não cumprimento.

Quanto à Alemanha, criticaram o projeto “Soja Sustentável”, que se desenvolve em sua região com apoio do ministério de Cooperação Internacional e implementado pela organização *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ). O projeto apoia a certificação da soja. Para eles, no entanto, não existe “soja sustentável”, como evidenciam os estragos ambientais e a violação de direitos humanos que a produção dessa commodity tem provocado no cerrado maranhense.

Finalmente, Francisca e Ronaldo ressaltaram que a viagem à Alemanha cumpriu um papel crucial de ampliar o leque de alianças internacionais em defesa do meio ambiente e dos direitos das populações afetadas em sua região.

Didice Godinho Delgado é brasileira e militante do LAF-Berlim. Ela moderou a roda de conversa.